

Justiça paralisa obras de Tijuco Alto no Paraná

por Nilson Monteiro
de Curitiba

O juiz Alexandre Vidigal de Oliveira, da 11ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, suspendeu, por meio de uma liminar uma licença ambiental concedida, em maio deste ano, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Paraná, para a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, no rio Ribeira, à altura dos municípios de Cerro Azul e Adrianópolis, em território paranaense, e Ribeira, no Estado de São Paulo.

A liminar impede a continuidade da obra, que seria construída pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim, para aumentar sua produção de alumínio primário de 170 mil toneladas por ano para 340 mil toneladas anuais, em Mairinque (SP).

A CBA ainda não recorreu da decisão. Procurado nas últimas quinta e sextas-feiras por este jornal, o empresário Antonio Ermírio de Moraes não pôde dar entrevista por estar em reunião fora da empresa. Nenhum outro diretor da companhia fala sobre o assunto.

O juiz Oliveira acatou a argumentação do Ministério Público Federal, autor do processo 94.0011078-2, que solicitou a suspensão da licença ambiental a pedido de vinte entidades ambientalistas do Paraná. Os réus são a própria União, por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e a empresa que pretende construir a hidrelétrica. Eles estão sendo notificados (com a utilização de carta precatória) e ainda não houve contestação dos autos.

Além de entender que existe a irregularidade no licenciamento, concedido por um órgão estadual, quando a lei exige o pronunciamento do Ibama, o juiz afirma na liminar que a suspensão imediata da licença é necessária "pela possibilidade de se tornarem irreversíveis os eventuais danos ao meio am-

biente" com a continuidade das obras.

O processo de licenciamento da usina de Tijuco Alto vem-se arrastando há anos, principalmente pela insistência de organizações ambientalistas que contestaram a legalidade da obra desde a primeira apresentação do Estudo de Impacto Ambiental, em 1990. No Paraná, a resistência partiu especialmente do Grupo de Estudos Espeleológicos. A recente decisão da Justiça Federal em Curitiba faz coro à outra, do Tribunal Federal em São Paulo, que suspendeu a licença ambiental, concedida em maio deste ano, pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente paulista. A juíza Ana Scartezini, que acompanha o processo em São Paulo, concedeu a liminar reivindicada pelo Ministério Público por também entender

Usina permitiria alta da produção de alumínio para 340 mil toneladas

que a construção da usina poderia causar, segundo os argumentos processuais, "lesão irreparável ao meio ambiente".

O projeto de construção da usina também foi considerado irregular pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Paraná, que recomendou seu imediato arquivamento, em 16 de agosto deste ano. O atual secretário de Meio Ambiente do Estado, Vitório Sorotiuk, há menos de duas semanas no cargo, informou que ainda está estudando o assunto. O decreto 96.746, de concessão para a construção da hidrelétrica, publicado no Diário Oficial no dia 22 de setembro de 1988, foi contestado desde sua origem.

Segundo o processo do Ministério Público, houve inversão no procedimento habitual, já que "a outorga de concessão fica condicionada à aprovação do proje-

to básico", que deve ser apresentado ao Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE). O projeto foi apresentado ao DNAEE no dia 26 de junho de 1989.

Entre os motivos apresentados pelo Fórum de Entidades Ambientalistas do Paraná contra a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, há o reconhecimento da UNESCO, que classificou a área cortada pelo rio Ribeira como "reserva da biosfera".

Os ambientalistas comemoraram a decisão da Justiça em São Paulo e no Paraná para que a construção fosse suspensa, divulgando que "a obra trará apenas benefícios ilusórios, de curto prazo, à região, causando danos definitivos ao meio ambiente e ao patrimônio histórico".

Os motivos mais significativos elencados contra a hidrelétrica foram os seguintes: o Ribeira é o maior rio da Mata Atlântica e percorre um trecho notavelmente conservado desta floresta, considerada a terceira mais ameaçada das florestas tropicais do planeta; o Ribeira é formador do Lagamar, ecossistema de complexa e variada composição, já identificado como berço do Atlântico Sul; o reservatório da hidrelétrica inundará áreas de cavernas e da Mata Atlântica reconhecidas como patrimônio nacional.

Outros argumentos apresentados são que o Estudo de Impacto Ambiental do projeto da hidrelétrica contemplaria apenas um trecho do rio, sem considerar outros riscos da intervenção; a energia gerada por Tijuco Alto não seria suficiente para suprir a demanda do projeto de ampliar a produção da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), em Mairinque, e abriria caminho para a construção de outras três hidrelétricas, já projetadas pela CESP, no mesmo rio. Além desses, os ambientalistas citam também a resistência por parte do Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), que se tem manifestado contra a continuidade da obra.